



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO

Referência: Processo SEI 1370.01.0058649/2022-75.

Assunto: Recurso de decisão - Arquivamento de processo administrativo de licenciamento ambiental – LOC – P.A. n. 156/2023 – SLA.

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL

A Secretaria Executiva da URC/COPAM Leste Mineiro, no uso de suas atribuições definidas pelo art. 15, VI e art. 20, § 5º, do Decreto Estadual n. 46.953/2016 e com fundamento legal no art. 46 do Decreto Estadual n. 47.383/2018 e no art. 23 do Decreto Estadual n. 48.707/2023, vem, por meio deste, exercer o juízo de admissibilidade do Recurso Administrativo (Id. 82837484, SEI) interposto pela empresa **SAG MINERAÇÃO – EIRELI** (CNPJ n. 02.863.274/0001-30), via Correios, no dia 02/02/2024, conforme cópias do envelope e do comprovante de consulta à data de postagem (Id. 82837484 - SEI, p. 1/2), contra a decisão administrativa proferida pela Unidade Regional de Regularização Ambiental do Leste Mineiro e que determinou o arquivamento do Processo Administrativo de Licença de Operação Corretiva (LOC) n. 156/2023 (SLA) e Processo Administrativo de AIA – Processo SEI 1370.01.0058649/2022-75, vinculado, motivado por falha nas informações que instruem o processo administrativo de licenciamento ambiental, por força do Despacho nº 244/2023/FEAM/URA LM - CAT, datado de 27/12/2023 (Id. 79592994, SEI), consoante publicação realizada na IOF/MG no dia 04/01/2024, Caderno 1, Diário do Executivo, p. 13, nos seguintes termos (comprovante anexado ao SEI/SLA):

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público o arquivamento das Licenças Ambientais abaixo identificadas:

[...]

- LAC 2 (LOC): 1) SAG Mineração Eireli, Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Governador Valadares/MG, PA/Nº 156/2023, Classe 4. Motivo: falha nas informações que instruem o processo administrativo de licenciamento ambiental.

(a) Lirriet de Freitas Libório Oliveira, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Leste Mineiro

O ato de interposição do recurso não foi publicado na IOF/MG pelo Órgão Ambiental, consoante

preconiza o inciso VI do art. 4º da Lei Federal n. 10.650/2003, o que, todavia, não inviabiliza o exercício do juízo de admissibilidade recursal nesta oportunidade, uma vez que a publicação de tal intento poderá se materializar conjuntamente à publicização da presente decisão.

DO CABIMENTO

Recorribilidade e adequação presentes, visto que o intento recursal tem previsão legal (inciso III do art. 40 do Decreto Estadual n. 47.383/2018).

DA LEGITIMIDADE RECURSAL

Podem interpor recurso contra a decisão administrativa o titular de direito atingido pela decisão, que seja parte no respectivo processo de licenciamento; o terceiro, cujos direitos e interesses sejam diretamente afetados pela decisão; o cidadão e a pessoa jurídica que represente direitos e interesses coletivos ou difusos, consoante permissivo previsto no art. 43 do Decreto Estadual n. 47.383/2018.

Presente, dessarte, a legitimação recursal, visto que o recurso foi assinado fisicamente por ROBERTO BRAVO MARQUES PINHEIRO, um dos procuradores regularmente constituídos pela empresa recorrente SAG MINERAÇÃO – EIRELI por meio de instrumento particular de mandato (Id. 82837484 - SEI, p. 61).

DO INTERESSE RECURSAL

Incide, no procedimento recursal, o binômio *necessidade/utilidade* como integrante do interesse de recorrer. Assim, à vista da sucumbência (**arquivamento** do P.A. de LOC n. 156/2023 – SLA – e do Processo SEI 1370.01.0058649/2022-75, vinculado, motivado por falha na instrução processual) e da perspectiva de que o provimento buscado no recurso (desarquivamento dos processos em tela e a retomada do trâmite processual a culminar com o licenciamento ambiental que a empresa recorrente pretende obter) será útil, necessário e adequado à tutela dos interesses do administrado, patente o interesse da empresa recorrente SAG MINERAÇÃO – EIRELI, visto que titular do pretense direito atingido pela decisão administrativa impugnada.

DA TEMPESTIVIDADE

O recurso, para ser admissível, deve ser interposto no prazo legal.

De acordo com o *caput* do art. 44 do Decreto Estadual n. 47.383/2018, o prazo para a interposição de recurso contra a decisão que **arquiva** o pedido de licença a que se refere o inciso III do Art. 40 do referido Decreto, é de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da publicação da decisão impugnada, por meio de requerimento escrito e fundamentado, facultando-se ao recorrente a juntada de documentos que considerar convenientes, observado o disposto no art. 59 da Lei Estadual n. 14.184/2002, consoante previsto no § 3º do art. 44 do Decreto Estadual n. 47.383/2018.

Frise-se que é admitida a apresentação de recurso via postal, verificando-se a tempestividade pela data da postagem, conforme previsão contida no § 2º do art. 44 do Decreto Estadual n. 47.383/2018.

No caso, a decisão combatida foi publicada na IOF/MG no dia 04/01/2024 (quinta-feira), Caderno 1, Diário do Executivo, p. 13 (comprovante anexado ao SEI/SLA), conforme se infere do P.A. de LOC n. 156/2023 (SLA), iniciando-se a contagem do prazo recursal no primeiro dia útil subsequente, qual seja, 05/01/2024 (sexta-feira), por força do disposto no *caput* e § 1º do art. 59 da Lei Estadual n. 14.184/2002.

Lado outro, o recurso foi interposto, via Correios, no dia 02/02/2024 (sexta-feira), conforme cópias do envelope e do comprovante de consulta à data de postagem (Id. 82837484 - SEI, p. 1/2).

Transcorridos, assim, exatos 29 (vinte e nove) dias corridos entre a data da publicização da decisão administrativa de extinção processual (por arquivamento) e a data do protocolo postal do arrazoadado de irresignação, o recurso apresenta-se tempestivo.

DO PREPARO

Inexiste previsão legal de preparo do recurso contra a decisão administrativa a que se refere o inciso III do art. 40 do Decreto Estadual n. 47.383/2018 (alusiva ao ato de arquivamento do processo), visto que a taxa de expediente prevista no item 6.22.1 da Tabela A do Regulamento das Taxas Estaduais – RTE –, aprovado pelo Decreto Estadual n. 38.886, de 1º de julho de 1997, remete à decisão de indeferimento do requerimento de licença ambiental, conforme se infere, também, do item 7.22.1 da Lei Estadual n. 22.796/2017 (Lei de Taxas).

Esta, aliás, é a orientação destacada contida na alínea “c” do subitem 3.1.8 da Instrução de Serviço SISEMA n. 02/2021, donde se extrai:

c. **Atenção!** Não há cobrança de taxas por recursos por deferimento de licenças ou arquivamento de processos.

Nada obstante, a empresa recorrente, voluntariamente, instruiu o seu arrazoadado recursal com o comprovante de recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 6.22.1 da Tabela A do Regulamento das Taxas Estaduais – RTE –, aprovado pelo Decreto n. 38.886, de 1º de julho de 1997 (Id. 82837484 - SEI, p. 36/37), inexigível no caso em exame, ressalvada eventual orientação institucional superveniente em sentido diverso, não havendo campo para discussão sobre a viabilidade ou não de eventual restituição de receita neste ato administrativo.

DA REGULARIDADE FORMAL

O recurso apresenta-se motivado, visto que a empresa recorrente apresentou ao Órgão Administrativo *ad quem* as razões de seu inconformismo em arrazoadado materializado formalmente nos autos, instruído com documentos (Id. 82837484, SEI).

DA INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E/OU EXTINTIVOS

Não se vislumbra, *a priori*, a ocorrência de fatos que ensejam a extinção e/ou impedem o direito de recorrer.

Registra-se que não há previsão de efeito suspensivo no Decreto Estadual n. 47.383/2018, devendo-se observar, portanto, o disposto no parágrafo único do art. 57 da Lei Estadual n. 14.184/2002:

Art. 57. Salvo disposição legal em contrário, **o recurso não tem efeito suspensivo**.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo ou de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido do interessado, em decisão fundamentada, atribuir efeito suspensivo ao recurso.

Vale dizer: no tocante aos recursos interpostos contra decisões nos processos de licenciamento ambiental, a Seção III do Capítulo I do Decreto Estadual n. 47.383/2018, que *estabelece normas para licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades*, nada versou sobre a atribuição de efeito suspensivo; portanto, é possível inferir, *a priori*, ser cabível apenas o efeito devolutivo desses recursos.

Ademais, há que se destacar que o licenciamento ambiental deve se orientar pelos princípios da precaução e da prevenção, ambos os princípios basilares do Direito Ambiental; o primeiro se destina a gerir riscos ou impactos desconhecidos e o segundo diz respeito aos riscos ou impactos já conhecidos.

E, no caso em análise, não se faz presente situação excepcional para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, especialmente porque a medida suspensiva não foi postulada e nem justificada pela empresa recorrente e, conforme esboçado no Despacho nº 244/2023/FEAM/URA LM - CAT, datado de 27/12/2023, que subsidiou a decisão administrativa que determinou o arquivamento do P.A. de LOC n. 156/2023 (SLA) e do Processo de AIA – Processo SEI 1370.01.0058649/2022-75, vinculado, os estudos e arquivos apresentados contêm as seguintes inconsistências/inexatidões e/ou exiguidade de informações essenciais à análise processual (Id. 79592994, SEI):

- Impossibilidade de comparação entre as áreas averbadas, no que se refere à Reserva Legal com aquelas cadastradas no CAR, sendo que as glebas cadastradas no CAR são divergentes do Termo de Responsabilidade de Preservação de Florestas;
- Não é possível verificar se as áreas de reserva legal declaradas no CAR correspondem àquelas averbadas em documento;
- As áreas de RL não possuem cobertura vegetal nativa em sua totalidade;
- Invalidação do inventário florestal apresentado, tendo em vista que não foram seguidos os pressupostos técnicos da mensuração florestal, para a definição da forma das parcelas, e a alocação, não havendo padronização no processo de amostragem;
- O estudo alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, conforme inciso I, art. 32 da Lei Federal n. 11.428/2006, não atende aos pressupostos técnicos exigidos no Termo de Referência de Estudo de Inexistência de Alternativas Técnicas e Locacionais;
- As propostas de compensação por supressão de vegetação nativa em estágio médio de regeneração pertencente ao bioma Mata Atlântica, e compensação por intervenção em APP, não atendem aos requisitos da legislação;
- Na proposta de compensação pelo corte ou supressão de espécies protegidas ou imunes de corte não consta a espacialização das espécies imunes de corte;
- Os arquivos vetoriais anexados ao SLA e ao processo SEI de AIA não possuem referência espacial, o que impossibilita a abertura dos dados nos SIGs disponíveis; e, ainda, não foram apresentados arquivos vetoriais necessários à análise.

Portanto, a pretensão recursal não traz elementos para embasar o “justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução” exigido pela exceção delineada no parágrafo único do art. 57 da Lei Estadual n. 14.184/2002.

Assim, não se empresta efeito suspensivo ao recurso.

DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

O recurso não será conhecido quando: (i) interposto fora do prazo; (ii) por quem não tenha legitimidade; (iii) sem atender a qualquer dos requisitos previstos no art. 45; e/ou (iv) sem o comprovante de recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 6.22.1 da Tabela A do Regulamento das Taxas Estaduais – RTE –, aprovado pelo Decreto n. 38.886, de 1º de julho de 1997 (inexigível no caso em tela), consoante preconizado no art. 46 do Decreto Estadual n. 47.383/2018.

No caso, o recurso se apresenta próprio e tempestivo, não havendo previsão legal de preparo de recurso contra a decisão administrativa a que se refere o inciso III do art. 40 do Decreto Estadual n. 47.383/2018, pelo que deve ser conhecido e regularmente processado.

Pelo exposto, presentes os requisitos de admissibilidade, **conheço** do recurso, sem a atribuição de efeito suspensivo.

DOS ENCAMINHAMENTOS

As razões recursais se resumem a questões de ordem técnica, visto que atacam a motivação contida no Despacho nº 244/2023/FEAM/URA LM - CAT, datado de 27/12/2023 (Id. 79592994, SEI), emitido nos autos do Processo Administrativo de Licença de Operação Corretiva (LOC) n. 156/2023 (SLA), donde se extrai a sugestão de **arquivamento** do requerimento de licença ambiental convencional em caráter corretivo e do Processo Administrativo de AIA – Processo SEI 1370.01.0058649/2022-75, vinculado, motivado por falha na instrução processual, batendo a empresa recorrente na tese de desarquivamento sob a alegação de que *“há previsão legal e materialidade para tal e que o motivo que levou os atos administrativos a serem praticados poderiam ser evitados, caso houvessem sido adotados os procedimentos apresentados neste documento”*.

Considerando que inexistente, no âmbito do Decreto Estadual n. 47.383/2018, previsão de reconsideração da decisão administrativa pela autoridade prolatora de origem, a partir das alterações delineadas pelo Decreto Estadual n. 47.837/2020, e por não vislumbrar a presença dos requisitos para o exercício de eventual autotutela administrativa no caso concreto (art. 39 do Decreto Estadual n. 47.383/2018), determino o encaminhamento dos presentes autos à **Coordenação de Análise Técnica da URA/LM**, nos termos do art. 24, II, do Decreto Estadual n. 48.707/2023, para a emissão de parecer único fundamentado, com o apoio da Coordenação de Controle Processual da URA/LM (se necessário for), no intuito subsidiar a decisão do recurso pelo Órgão Competente, nos termos do art. 47 do Decreto Estadual n. 47.383/2018, com redação conferida pelo art. 16 do Decreto Estadual n. 47.837/2020.

Em seguida, ao Núcleo de Apoio Operacional da Coordenação de Administração e Finanças, nos termos do art. 28, I/V, do Decreto Estadual n. 48.707/2023, para os expedientes de praxe e encaminhamento dos presentes autos à **Unidade Regional Colegiada do COPAM Leste Mineiro**, competente para decidir, como última instância administrativa, o recurso referente a processo de licenciamento ambiental decidido pela Semad, nos termos da alínea “a” do inciso V do art. 9º do Decreto Estadual n. 46.953/2016 c/c art. 41 do Decreto Estadual n. 47.383/2018, com redação determinada pelo art. 14 do Decreto Estadual n. 47.837/2020.

Proceda-se à juntada de cópia da presente decisão, assinada via SEI, no Processo Administrativo de Licença de Operação Corretiva (LOC) n. 156/2023 (SLA).

Publique-se, na mesma oportunidade, o ato de interposição e a decisão de conhecimento do recurso, em sede de juízo de admissibilidade, consoante preconiza o inciso VI do art. 4º da Lei Federal 10.650/2003, com a juntada do comprovante aos autos dos processos SEI e SLA correlatos.

Ressalto que há no expediente documentos contendo informações pessoais de cidadãos (Id. 82837484 - SEI, p. 62/63), aos quais deve ser atribuído sigilo, de acordo com as orientações institucionais – Id. 22358339 – relacionadas à aplicação da Lei Federal n. 13.709/2018 no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações.

Governador Valadares, 19 de março de 2024.

Lirriet de Freitas Libório Oliveira

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Leste Mineiro

MASP 1.523.165-7



Documento assinado eletronicamente por **Lirriet de Freitas Libório Oliveira**, **Chefe Regional**, em 19/03/2024, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **83421584** e o código CRC **02843D98**.
